

## EXISTIU UMA “ECONOMIA ROMANA”?

Ciro Flamarion Cardoso\*

### **Resumo:**

*O modo de encarar o nosso tema depende, fundamentalmente, de posturas básicas diante da História. Tais posturas podem levar até mesmo a negar que “economia romana” possa ser um objeto válido de estudos, alegando, por exemplo, a diversidade irreduzível da realidade que aquela etiqueta estaria ocultando; e, a partir daí, defendendo, por exemplo, a existência de diversas economias, em lugar de uma só, no antigo Império Romano. O artigo examina o debate a respeito, em especial naquilo que apresenta de novo a partir da década de 1980 e toma a posição de ser válido que se mantenha a economia romana como tema legítimo para a pesquisa.*

**Palavras-chave:** *História Econômica; Império Romano; formalismo; substantivismo; pós-modernismo.*

Em 1988, participei do debate acerca da economia antiga – nos termos em que tal debate se formulava naquela época – com artigo publicado no primeiro número da revista da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (CARDOSO, 1988). Mais de vinte anos depois, muitas coisas mudaram nessas polêmicas. Não todas, porém.

Henry Thomas Buckle foi o autor de *History of civilisation in England*, obra jamais concluída que apareceu em 1857-1861. O autor pretendia estar produzindo uma História científica, fazendo pela História humana algo equivalente ou, pelo menos, análogo ao que se vinha conseguindo nos trabalhos dos diferentes ramos das ciências naturais, e enfureceu um dos historiadores britâ-

---

\* Professor titular de História Antiga Medieval da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (Ceia/UFF) e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFF).

nicos da era da rainha Vitória, Lord Acton, que escreveu uma resenha acerca do livro inacabado de Buckley, em que se pode ler, por exemplo, o seguinte:

*O verdadeiro historiador toma o que é individual como seu foco (...). Se, pelo contrário, [o historiador] tratar de multidões, ou exércitos, ou grupos de homens, ele investirá esta multidão com uma espécie de personalidade própria – desejos, paixões, caráter, vontade e consciência próprios. (...) A história viria a consistir em tabular informações sobre nascimentos, mortes, casamentos, doenças, preços, comércio e coisas assim; e o historiador serviria principalmente para prover aos lojistas papel barato para nele embrulhar manteiga. (apud BENTLEY, 1999, p.49)*

Talvez, hoje em dia, se achem poucos historiadores que queiram limitar-se unicamente ao que é individual, ou, como se dizia no passado, ao único e irrepetível. No entanto, não é difícil encontrar historiadores e cientistas sociais que encaram com antipatia, para dizê-lo moderadamente, a transformação em objetos de estudo de entidades resultantes de generalizações. Eis, aqui, um exemplo tomado da Antropologia, mais exatamente de um artigo de George P. Murdock, publicado em 1972:

*...a cultura, o sistema social e todos os conceitos supraindividuais desse tipo, tais como representação coletiva, espírito de grupo e organismo social, [são] abstrações conceituais ilusórias inferidas da observação dos “fenômenos reais” que são os indivíduos interagindo uns com os outros e com o seu meio ambiente natural. As circunstâncias da sua interação levam quase sempre a similaridades no comportamento de indivíduos diferentes, que tendemos a reificar sob o nome de cultura, e fazem com que os indivíduos se relacionem uns com outros de maneiras repetitivas, que tendemos a reificar como estruturas ou sistemas. Na realidade, cultura e sistema social são meros epifenômenos – produtos derivados da interação social de pluralidades de indivíduos. (apud SAHLINS, 1979, p.110)*

Existe, claro está, a posição contrária, de que partilho, isto é, a crença de que a pesquisa deve operar com generalizações, em especial com teorias das quais se possam derivar hipóteses heurísticas – ou, mais exatamente, deve oscilar permanentemente entre o trabalho teórico e o empírico, cada um controlando o outro. Um bom exemplo é Moses I. Finley, conhecido

historiador da Antiguidade. Eis aqui, por exemplo, sua defesa do emprego de modelos não matemáticos em História:

*É da natureza dos modelos que estejam sujeitos constantemente a ajuste, correção, modificação ou total substituição. Os modelos não matemáticos têm poucos limites, ou nenhum, em sua utilidade. (...) não há virtualmente coisa alguma que não possa conceituar-se e analisar-se mediante modelos não matemáticos: religião e ideologia, instituições e ideias econômicas, o Estado e a política, simples descrições e sequências de desenvolvimento. O receio familiar de se estarem impondo construções **a priori** é falso: quaisquer hipóteses podem ser mudadas, ajustadas ou descartadas quando for necessário. Sem hipóteses, no entanto, não pode haver explicações. (FINLEY, 1985, p.66)*

A verdade é que a posição estreitamente empirista e valorizadora da indução que a frase final da passagem citada de Finley tenta exorcizar continua muito forte e renitente entre historiadores. Quantas vezes já ouvi a afirmação – mentirosa quando se aplica aos melhores casos – de que as hipóteses heurísticas formuladas pelos historiadores para orientar suas pesquisas sempre se comprovam!<sup>1</sup> Atitudes assim podem aparecer na roupagem da História tradicional, partidária, às vezes, de multiplicar monografias enormes sobre pouca coisa até dispor de materiais suficientes para sínteses que não sejam arriscadas demais (desse modo, na prática, adiando as visões de conjunto para as calendas gregas) e recusando o embasamento teórico sob pretexto do perigo de cometer anacronismos – exatamente a postura contestada por Finley na passagem reproduzida. Mas também pode mostrar-se moderninha – pós-moderninha, mais exatamente – e vestir a cinzenta roupagem cética dos partidários de Hayden White. Citemos, por exemplo, o que tem a dizer um historiador pós-moderno – a meu ver, dos mais lúcidos – sobre o uso histórico de um dado conceito, no caso o de sociedade, ao afirmar que o surgimento da concepção pós-moderna:

*...não significou unicamente a dissolução dos conceitos de sociedade e de causalidade social, mas também, além disso, a reconstrução deles, com a consequente restrição de sua vigência histórica e de sua pertinência e aplicabilidade analíticas. [Segundo a nova posição.] tratar-se-ia de uma construção discursiva e, portanto, sua existência seria exclusivamente moderna; daí que não seja correto extrapolar*

*e aplicar a noção de sociedade – nem, portanto, a de causalidade social – a situações históricas, passadas ou presentes, nas que não existam como tais.* (CABRERA, 2001, p.97)

Para o nosso tema, o corolário de tal premissa seria fácil de estabelecer: se aceita a premissa, com maior razão ainda do que no caso do conceito tomado como exemplo por Cabrera, seria ilegítimo falar de algum tema, no mundo romano antigo, por exemplo, categorizando-o como “econômico”, ou tomar a “economia romana” como objeto, já que as noções de economia e econômico são ainda mais recentes do que a de sociedade. Em outras palavras: se seguisse a recomendação do autor citado, o historiador se veria prisioneiro da mera descrição e estaria obrigado a restringir-se, ao referir-se às sociedades antigas (nem mesmo poderia chamá-las de sociedades, aliás!) – nosso assunto aqui – ao vocabulário e às categorias que os próprios antigos aplicavam para falar de si mesmos. Felizmente, bem poucos historiadores acreditam nisso de verdade ou levam em conta tal leito de Procusto quando trabalham. A não ser, obviamente, os que se opõem a qualquer teorização e gritam “anacronismo!” a cada passo. Pois, pessoas que somos deste início do século XXI, nossas teorias e enfoques são de nossa época, queiramos ou não: são as ferramentas, diversas e entre as quais há escolhas, com que contamos para estudar, por exemplo, a economia romana. Coisa diferente é a necessidade – ineludível para um historiador – de conhecer o vocabulário de época e as constrações vinculadas aos hábitos mentais de cada período e sociedade. Mas isso, como já o venerável método histórico do século XIX sabia, é só o primeiro passo na crítica interna dos testemunhos, que denominavam hermenêutica. E, como dizem os marxistas – a meu ver, com total razão –, o trabalho científico deve desvelar significações que são, no entanto, invisíveis para os homens de qualquer época enquanto vão vivendo suas vidas e fazendo história, pois a ciência seria supérflua se a essência fosse dada na descrição.

A permanência de certas posturas negativistas a respeito do tema que escolhemos justifica o que eu dizia ao afirmar que nem tudo mudou na abordagem teórica e empírica da economia antiga em geral, romana em particular, de 1988 para cá. A negação da possibilidade mesma do tema continua existindo. Discuti com ela há pouco mais de duas décadas e não o farei de novo agora: quem quiser, examine meus argumentos de então, não havendo por que repeti-los hoje.

Interessa-me mais discutir as posições existentes entre os que, explícita ou implicitamente, partem do princípio de que fazem sentido estudos de tema econômico aplicados à Antiguidade.

Poder-se-ia perguntar, porém: existe, por exemplo, a economia romana como objeto legítimo de estudos? Seria possível negar a unidade desse objeto, como os pós-modernos gostam de fazer com todos os “grandes objetos” da História, em nome da diversidade do real (as ênfases são dos autores):

*...desde o início do século XX, multiplicaram-se os estudos da **cultura material**, em especial do **instrumentum domesticum**, prenches de dados sobre a economia antiga que mostravam uma variedade de situações, muito distante [da] diversidade primitivista. A Arqueologia, ao voltar-se para o corriqueiro e o comum, para os artefatos de uso quotidiano, passou a apresentar um manancial de informações sobre a produção e trocas econômicas, cuja interpretação requeria modelos interpretativos que dessem conta da diversidade de situações históricas e sociais.*

*Dentro deste contexto, pretendemos analisar as contribuições da Arqueologia para o estudo deste aspecto da vida romana. Se havia diversidade, não caberia, a nosso juízo, propor um discurso que desse conta **da** economia romana durante o Principado, como se existisse **uma** economia. (...) (FUNARI; GARRAFFONI, 2006, p.54)*

Seria o caso de perguntar: a percepção da diversidade acaso impede necessariamente que, paralela ou dialeticamente, se percebam também elementos de unidade? Ou torna válido minimizar estes últimos, sem discutí-los e sem refutar em detalhe os que os valorizam? Será acaso absurdo, por exemplo, o que Schiavone empreendeu como síntese, a meu ver, cuidadosa e magistral (SCHIAVONE, 2005)?

Outrossim, a Arqueologia tanto pode ser usada para apoiar uma visão como a que mencionamos citando os professores Funari e Garraffoni, como, pelo contrário, a serviço de empreendimentos interessados em aspectos mais gerais. Isso está longe de significar, aliás, que quem o faça não possa estar bem atento às diferenças regionais e locais, às diversidades de todo tipo. Um bom exemplo, no relativo ao nosso tema, é o papel que teve a Arqueologia na refutação do modelo minimalista no relativo à economia romana praticado por Moses Finley e por romanistas como A. H. M. Jones.

Para começar, vou resumir o modelo de Finley acerca da economia antiga clássica – derivado, principalmente, de Max Weber – em suas linhas gerais. A agricultura era a atividade, de longe, mais importante; mas seus produtos eram consumidos majoritariamente no próprio local da produção, e não comercializados. Com algumas poucas exceções (como Roma ou Alexandria), as cidades eram simplesmente locais de residência para os ricos proprietários de terras: proviam centros administrativos, religiosos, um artesanato modesto e mercados locais. Eram, sobretudo, centros de consumo, financiados por impostos e rendas, mais do que pelo comércio ou pela indústria. O comércio entre regiões era de pequeno volume, devido à insuficiência e má técnica dos transportes e à falta de especializações regionais complementares, posto que, à volta do Mediterrâneo, por toda parte se praticava o mesmo tipo de agricultura. Não havendo mercados maciços, o pequeno volume de comércio, a longa distância existente, era de produtos de luxo. Os comerciantes e artesãos agiam em proporções modestas e tinham um *status* social baixo. Se algum deles enriquecesse, tratava imediatamente de comprar terras e tornar-se um proprietário fundiário socialmente respeitável; para ele, doravante, o comércio ou o artesanato, se não fossem abandonados, tornar-se-iam atividades laterais, secundárias. A terra trazia *status* e este obrigava a despesas no consumo conspícuo e em benfeitorias públicas (evergetismo): nisso se gastava, não em investimentos produtivos (FINLEY, 1980, *passim*).

A Arqueologia teve um papel central, no caso romano, na refutação do modelo a que aludimos. Isso foi resumido em 1986, quando, num cuidadoso exame de conjunto da economia romana mediante uma síntese dos achados arqueológicos disponíveis por regiões até aquela data, elaborada por Kevin Greene – aliás, atenta às diferenças regionais –, chegou a conclusões taxativas, absolutamente negativas no relativo à validade do modelo Finley/Jones. Um estudo similar da mesma abrangência, baseado em levantamentos região por região dos achados arqueológicos disponíveis, não existe ainda, infelizmente, para a Grécia clássica e helenística. Para este caso, porém, autores como Vegetti argumentaram que, em especial a partir do século IV a.C., fatores e considerações propriamente econômicos se fizeram presentes no mundo grego (VEGETTI, 1977).

Greene mostrou que o enfoque minimalista adotado por Finley e outros autores simplesmente não era compatível com o nível de atividade econômica que pode ser verificado por meio das pesquisas arqueológicas.

A economia, em especial a dos primeiros séculos do Império, não mostra avanço ou evolução, mas, sim, uma intensidade maior do que existira no passado greco-romano até então. As razões disso, na interpretação do autor, vinculam-se, entre outros fatores, aos resultados da expansão territorial sem precedentes que se vinculou às conquistas, assim como aos recursos que foram dessa maneira liberados ou desenclavados. Também podem dever-se a um período climático favorável, embora de curta duração, permitindo que agricultura e transporte funcionassem com uma eficácia incrementada. A coincidência desses dois fatores – o segundo dos quais sendo, sem dúvida, o de menor comprovação – teria provocado uma retroalimentação no sistema, se bem que o seu efeito tenha-se limitado a alguns séculos (GREENE, 1986, p.170-71).

Em outras palavras, a Arqueologia constatou e, em certos pontos, demonstrou, com dados, que o modelo estava equivocado. Entretanto, a explicação de ser assim não dependeu em forma exclusiva dos dados arqueológicos: apelou, igualmente, para outros tipos de informações e raciocínios (paleoecológicos, por exemplo; e relativos a uma dada interpretação do que significou a expansão política romana em termos de disponibilidade de recursos e quanto a circuitos econômicos, com muitos pontos que não poderiam ser arqueologicamente testados, embora outros, sim). Em suma, a Arqueologia não é, neste caso como nos demais, um *deus ex machina* ou uma panaceia de aplicação universal; mas constitui, sem dúvida, um valioso recurso metodológico e informativo que deve ser empregado pelos historiadores.

No campo específico da História das Técnicas, mais ou menos na mesma época, ou seja, nas décadas de 1970 e 1980, os trabalhos de Bertrand Gille iam no mesmo sentido e também eles utilizaram profusamente os dados arqueológicos, como não poderia deixar de ser. Estes, juntamente com aqueles provenientes dos textos escritos, foram postos a serviço de uma útil linha de interpretação, já que o autor propunha uma análise estrutural das técnicas do passado que utilizasse noções como: (1) conjunto técnico: técnicas cuja combinação concorra para um ato técnico definido (por exemplo, ao se tratar da fusão dos metais, entram em jogo problemas de energia, insumos – minério, combustível –, instrumental – forno, fole, ferramentas, moldes, etc.); (2) sistema técnico: em regra geral, todas as técnicas em uso numa dada sociedade são dependentes umas das outras em diversos graus, e existe entre elas um certo equilíbrio e uma certa coerência

que permitem, justamente, definir o sistema técnico vigente – se bem que as ligações internas que dão forma a um tal sistema sejam mais numerosas no caso das técnicas complexas dos períodos recentes (GILLE, 1978, p.10-21). Pude comprovar a utilidade de tal visão ao pesquisar o sistema técnico do Egito faraônico, ocasião em que agreguei a essas ideias de Gille a noção, proposta por Lewis Mumford, de existirem, nos complexos tecnológicos – como ele chama o que, para Gille, é o sistema técnico –, técnicas dominantes, isto é, aquelas que exercem, por sua importância central, um efeito de subordinação sobre as demais (MUMFORD, 1950, p.105-6). A visão que construiu Gille, com base em suas opções teórico-metodológicas e no bom uso do material disponível (inclusive arqueológico), acerca do sistema técnico grego, sua adoção pelos romanos e as consequências da integração, no mundo romano, de vastos territórios e ecologias para uma generalização (parcial e heterogênea em sua intensidade, sem dúvida, segundo as regiões), dentro das fronteiras imperiais, de tecnologias antes enclavadas, puramente regionais, bem como para permitir retroalimentações variadas entre as necessidades do domínio imperial e o surgimento de demandas incentivadas pela própria unidade imperial – levando, por exemplo, a um uso do ferro e do chumbo muito maior do que antes, com consequências em diversos ramos de produção e nos métodos de construção de edifícios e aquedutos, devido à exploração intensiva das minas espanholas e de outras regiões da parte ocidental do Império; sendo a mineração, aliás, um dos setores de maior avanço tecnológico entre os romanos (GILLE, 1978, p.375-450; GILLE, 1980; no mesmo sentido, WHITE, 1984). Seria o caso de perguntar: será tudo isso pouco importante, irrelevante ou secundário, devendo, assim, ser sacrificado em aras de uma diversidade absolutizada?

A meu ver, estudos como os que mencionamos confluíram com o debate em torno das ideias de Finley e sua escola de pensamento, bem como acerca do enfoque de Karl Polanyi e seus discípulos, para construir o panorama – consideravelmente diferente do que se tinha nos anos 1970 e 1980 – dos debates mais recentes sobre a economia clássica antiga (por exemplo: SCHEIDEL; VON REDEN, 2002).

Mesmo assim, nem tudo mudou. Na verdade, parece-me que as controvérsias já mais do que centenárias sobre a economia antiga ainda retêm muitos aspectos que estavam presentes desde o início, ou seja, basicamente desde, aproximadamente, 1890. Entretanto, mesmo se os ingredientes básicos do debate mudaram relativamente pouco desde 1890 – a continuidade



até o presente das tendências então existentes e ativas se me afigura mais notável do que o aparecimento de novidades que o sejam efetivamente, como é o caso do emprego de modelos não matemáticos explícitos, por exemplo os que trabalham com as noções de centro/semiperiferia/periferia (ver, por exemplo: KARDULIAS, 1999),<sup>2</sup> ou com a de colapso de sistemas complexos (ver, por exemplo: YOFFEE; COWGILL, 1988) –, certas linhas gerais parecem ser perceptíveis, que dão aos debates, desde a década de 1990, um perfil distinto do que caracterizava as discussões travadas nas décadas imediatamente precedentes.

Entretanto, vejamos, primeiro, em linhas gerais, o que se herdou da longa fase inicial das discussões, isto é, diversas posturas ainda presentes hoje em dia (ver, a respeito: AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1972; CARDOSO, 1988; FINLEY, 1980; POLANYI *et alii*, 1976; VEGETTI, 1977; WEBER, 1998, p.35-79).

– Tendências evolucionistas: trata-se daquelas tendências que postulam tanto a existência de etapas na evolução econômica quanto o caráter necessário de sua sucessão (muitas vezes, com ressalvas de peso). A mais importante delas é o marxismo. A outra tendência evolucionista – por muito tempo mais influente entre os historiadores do que as posições marxistas – foi a chamada Escola Alemã da Economia Política, com nomes como os de Karl Rodbertus e Karl Bücher. Bücher, por exemplo, em 1893, formulou um esquema de três etapas ou estádios sucessivos na evolução da economia, que teve influência duradoura em História Econômica: (1) a economia doméstica fechada, típica do mundo antigo; (2) a economia urbana, característica da Idade Média; (3) a economia nacional, que se desenvolveu nos Tempos Modernos. Já no século XX, outro nome importante na mesma escola foi Alfons Dopsch, que percebia uma alternância, na História, de fases de predomínio respectivamente da economia natural e da economia monetária.

– Tendências modernistas (mais exatamente modernizadoras da economia antiga): em reação às ideias de Bücher, que, ao atribuir à Antiguidade uma economia doméstica fechada, considerava, portanto, a economia clássica antiga primitiva, historiadores alemães – Eduard Meyer, K. J. Beloch, Georg Busolt – e, mais tarde, o russo Mikhail Rostovtzeff elaboraram, pelo contrário, a noção de uma economia antiga que refletia de perto as características daquela da Europa moderna e contemporânea: seu modernismo se opunha ao primitivismo defendido pela Escola Alemã da Economia Política. O mundo antigo da economia chegava mesmo, às

vezes, em casos extremos, a ser descrito em termos capitalistas; a tal ponto, que os propugnadores do modernismo podiam afirmar que os Estados antigos travavam guerras para disputar mercados e realizavam investimentos econômicos similares aos dos governos modernos.

A partir, sobretudo, de 1890, a Economia, de Economia Política que era – portanto, relativamente aberta a fatores políticos e sociais em suas análises –, tendeu a transformar-se numa disciplina separada taxativamente das outras ciências sociais e humanas, crescentemente matematizada e girando em torno dos conceitos de escassez e utilidade, bem como da abstração conhecida como *homo oeconomicus* – um homem totalmente informado, totalmente racional em suas escolhas e marcado pelo hedonismo (entendido como busca do máximo de satisfação mediante o menor expêndio possível de esforço e de fatores de produção) –, limitando-se cada vez mais ao estudo dos sistemas de mercados e do processo de formação dos preços, bem como à noção universalizada de recursos escassos. No século XX, isso acabou tendo influências sobre a tendência modernista, a qual veio a assumir a configuração que Polányi chamava de formalista. O formalismo – na Antropologia e na História Econômica – resultou de numerosas influências, com frequências compatíveis entre si: a Economia Política clássica e neoclássica; a microeconomia convencional; a estatística e a cliometria de certos historiadores; a teoria da utilidade marginal. Conforme os autores, um ou alguns desses componentes podem assumir maior importância do que os demais.

– Tendências institucionais: estas posições tiveram início com a crítica do sociólogo Max Weber tanto ao evolucionismo (de que aceitava o diagnóstico minimalista para a economia antiga, no caso da Economia Política de Bücher, mas não a existência de etapas necessariamente sucessivas) quanto – principalmente – ao modernismo de Eduard Meyer e sucessores. Weber achava artificial o debate nos termos habituais, isto é, primitivismo *versus* modernismo. Escolhendo o terreno institucional, sublinhou as características próprias, distintas, do lugar ocupado pela economia na sociedade clássica antiga. A Weber sucedeu, na mesma tendência, Johannes Hasebrök: a cidade-Estado antiga, argumentava, não tinha “políticas econômicas” que fossem além de simples políticas de abastecimento em alimentos e matérias-primas, mesmo porque muitas atividades econômicas eram exercidas por estratos desprestigiados da população (escravos, estrangeiros residentes ou metecos). A agricultura é que era a província

dos cidadãos. Na Grécia antiga arcaica e clássica, a propriedade da terra, tanto urbana quanto rural, só era possível para cidadãos: os estrangeiros podiam, no máximo, alugar casas urbanas e estabelecimentos rurais. Mais perto de nós, o minimalismo econômico, presente em autores como Weber e Hasebrök, foi revivido – a partir da década de 1960, com auge na década seguinte, mas declinando desde meados da década de 1980 – por outros autores, com Moses Finley na dianteira. No século XX, uma vertente específica dentro da tendência institucional – não implicando necessariamente uma perspectiva minimalista acerca da economia antiga – foi a de Karl Polanyi e seus discípulos.

\* \* \*

Seria de se esperar que a vitória ocidental na Guerra Fria e suas dramáticas repercussões políticas, evidentes desde 1989-1991, tivessem como efeito um reforço considerável do que Polanyi denominava formalismo. Afinal, um dos modos de ler as transformações que se tornaram mais visíveis naquela época pode ser o entendimento de significarem também a vitória do pensamento único. Parafraseando Margaret Thatcher, algumas pessoas podem ter sido tentadas a acreditar que *não há alternativa* também em História Econômica, isto é, que a noção de mercado, ou a de recursos escassos, ou alguma outra postura da teoria econômica contemporânea, configure a única maneira válida e racional de entender a economia de qualquer parte do planeta e de qualquer período da História. E, de fato, no debate, sente-se forte propensão dos formalistas a achar não somente que sua opinião é a melhor, mas também que opiniões diferentes dela sejam puro *nonsense*. Em suma, sua postura tornou-se extremamente arrogante nestes últimos anos. Eis aqui, por exemplo, o tom em que Warburton, um egiptólogo-economista, recusa a posição polanyiana:

*Eu, entre outros, simplesmente não entendo como pode ser argumentada a existência de uma escolha real entre Polanyi e a teoria moderna para o estudo do Egito antigo. Em primeiro lugar, porque Polanyi não dispunha de uma teoria econômica geral. Em segundo lugar, porque os pressupostos teóricos de Polanyi não correspondem nem aos de seus seguidores, nem aos da realidade do Egito antigo. E, em terceiro lugar, porque o uso da teoria de Polanyi jamais explicou qualquer fenômeno econômico no Egito antigo. Entretanto,*

*já que as resenhas sugerem que esta mensagem não foi recebida de verdade, vou começar novamente...* (WARBURTON, 1998, p.144-5)

A arrogância é tanta que, como se pode verificar, Warburton acha estar capacitado até mesmo a dar lições de Polanyi aos polanyianos... Aparentemente, os coitados dos polanyianos não conseguem nem mesmo ser polanyianos *comme il faut!* Nesse raciocínio, que é positivista no sentido do positivismo do século XIX, não existe um repertório de teorias dentre as quais escolher, como é, pelo contrário, habitual nas ciências sociais (e em outras ciências também): existe o verdadeiro e o falso; e Warburton não entende as objeções à aplicação das teorias econômicas modernas à Antiguidade, isto é, as objeções à (sua) verdade, embora, contraditoriamente, admita que o debate, em parte, seja o reflexo de *um divisor de águas bem mais profundo no entendimento da história humana* (WARBURTON, 1998, p.143). Parece-me óbvio que termos como “economia” ou “econômico” sejam polissêmicos; mas, para Warburton, claramente não o são.

Por um lado, então, a maneira teoricamente modernizante (assimiladora do passado ao presente) de olhar para as realidades econômico-sociais da Antiguidade deixou de ser minoritária nas discussões. Por outro lado, não parece haver dúvida de que o marxismo, tão presente, digamos, entre 1960 e 1985 nos debates, tenha perdido terreno em ritmo acelerado desde 1991.<sup>3</sup> A capitulação fácil de muitos autores de esquerda (nem todos marxistas, aliás) que aderiram às posições que antes criticavam, supõe uma visão das coisas pouco histórica, creio eu. Mas, nas circunstâncias atuais de uma derrota das posturas e dos movimentos de esquerda que parece dever durar ainda um bom tempo, existe a tentação de ecoar Keynes e dizer que, no frígir dos ovos, na longa duração estaremos todos mortos! Seja como for, houve um reforço da opinião favorável à universalização no tempo dos modelos, teorias e noções derivados dos economistas contemporâneos. E os escritos dos que assim pensam têm, acredito, um forte aspecto ideológico de defesa do sistema atualmente vitorioso. Não é frequente que seja tão abertamente ideológico como no artigo em que Donald McCloskey afirma que a crença na inexistência de mercados nas sociedades não modernas ou não ocidentais leva a ignorar as virtudes burguesas – uma falha diante da qual o autor prega uma volta à ética do negócio honesto e das trocas amigáveis... (McCLOSKEY, 1994; ver também SILVER, 1983, p.250).

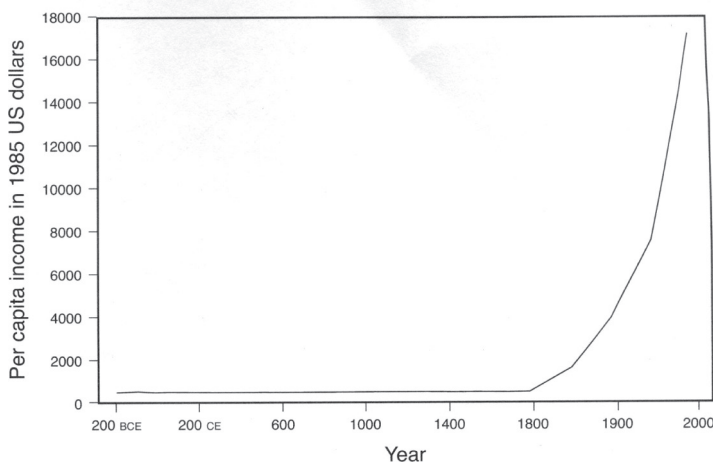
Um dos efeitos do reforço da postura formalista nas análises e nos debates pode ser o seguinte:

*...as primeiras tentativas estão em curso no sentido de conciliar o estudo das economias antigas com os modelos da História Econômica de períodos mais recentes e com os enfoques desta última: uma mudança do entendimento em direção à influência do desempenho econômico sobre as instituições e organizações subjacentes dos sistemas econômicos pode vir a permitir que os historiadores da Antiguidade tirem proveito do repertório conceitual e analítico da Economia moderna. (SCHEIDEL; VON REDEN, p.4)*

Sou bastante cético no geral, embora nem sempre no detalhe, quanto à utilidade do “repertório conceitual e analítico da Economia moderna” para o entendimento das economias antigas; mas, na passagem que se acabou de citar, a atitude metodológica que consiste em prestar atenção às possíveis repercussões do funcionamento na prática e dos resultados dos fluxos econômicos concretos, seja na reprodução, seja na modificação dos sistemas econômicos subjacentes, suas instituições e organizações, parece-me um *desideratum* perfeitamente aceitável, já que a ênfase talvez excessivamente estrutural das discussões do passado tendia amiúde a fundamentalismos e a visões estáticas.

O paralelo honesto entre pré-capitalismo e capitalismo sói conduzir, porém, como me parece natural, muito mais a diferenças do que a semelhanças, quantitativa tanto quanto qualitativamente. Assim, por exemplo, num artigo de grande pertinência, o classicista Richard Saller, em raciocínio baseado no trabalho histórico do economista Robert Lucas, reproduz um gráfico elaborado por este, relativo ao produto bruto *per capita* das principais economias (em dólares de 1985 (!): portanto, uma curva deflacionada), de 200 a.C. até 2000 d.C. (ver o Gráfico 1).

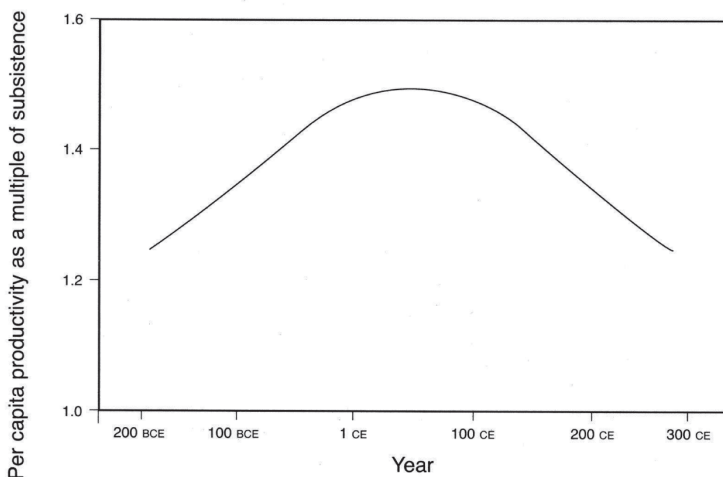
**Gráfico 1: Curva (elaborada por Robert E. Lucas) do produto bruto *per capita* nas principais economias (200 a.C.-2000 d.C.)**



**Referência:** *Apud* Richard Saller. Framing the debate over growth in the ancient economy. In: Walter Scheidel e Sitta von Reden (Org.). **The ancient economy**, New York: Routledge, 2002, p. 259. O gráfico foi retirado de texto publicado por Lucas em 1998.

O Gráfico 1 mostra que, examinadas as coisas nesta escala extremamente macro, o crescimento na produção *per capita* foi quase imperceptível até pouco antes de 1800: Saller recorda, com razão, que os economistas clássicos que escreviam por volta de 1800 não esperavam quaisquer aumentos muito grandes de tal produto (SALLER, 2002, p. 258-259). Se, porém, for abandonada a perspectiva tão macro do gráfico acima, o início dele – portanto, os séculos que correspondem ao produto *per capita* no mundo romano – pode ser, agora, redesenhado (a partir de outro modo de cálculo: a produtividade *per capita* como um múltiplo da subsistência, com base no raciocínio do romanista Keith Hopkins), de modo a refletir o que, em sua maior parte, os especialistas na História Econômica da antiga Roma acreditam ter acontecido: um aumento do produto *per capita* até algum momento do século I d.C., seguido de uma estabilização a que, por sua vez, sucedeu uma queda. Ver, a respeito, o Gráfico 2.

**Gráfico 2: Produto bruto *per capita* no mundo romano (200 a.C. a 300 d.C.)**



**Referência:** Richard Saller. Framing the debate over growth in the ancient economy. In: Walter Scheidel e Sitta von Reden (orgs.). **The ancient economy**, New York: Routledge, 2002, p. 260.

O gráfico acima poderia ser discutido de diversos modos – por exemplo, o espaço dominado por Roma, isto é, aquele a que o gráfico se refere, não tem a mesma extensão (e tem população muito menor) em 200 a.C. do que em 1 a.C., ou em 200 d.C., por exemplo, o que provavelmente falseia em parte o que a curva mostra –, mas não parece haver dúvida de que o mundo romano conhecesse um crescimento seguido de uma queda em seu produto *per capita*: o gráfico, apesar das imperfeições que possa ter, resume utilmente tal constatação.

De maior importância é o que se infere do conjunto de ambos os gráficos – e, sobretudo, a busca da explicação do que eles mostram. Richard Saller resume as razões de nunca ter ocorrido no Império Romano (Gráfico 2) – e seu raciocínio pode facilmente generalizar-se, como indica o Gráfico 1, para todo o período anterior ao final do século XVIII depois de Cristo – um crescimento espetacular ou dramático do produto bruto *per capita*, baseando-se nos fatores do crescimento econômico tais como apontados

por economistas contemporâneos, em sua aplicação ao caso romano. Suas constatações e explicações podem resumir-se em quatro pontos.

(1) Relativamente ao comércio, o mundo romano conheceu um aumento no volume dele e de sua modalidade de longa distância, devido à grande extensão do território sob um único governo e à taxaço (que levaria os provinciais a tentarem reaver comercialmente o que lhes era tirado como imposto). Entretanto, a economia continuava a ser maciçamente agrária: o volume máximo que pode ser calculado para o investimento no comércio de longa distância, incluindo o abastecimento de Roma em cereais (um comércio fortemente administrado), era talvez menor do que as fortunas somadas dos membros da ordem senatorial – que, no entanto, constituía uma minúscula fração privilegiada da população total –, cuja riqueza era, principalmente, agrária. Outro fator a levar em conta seria a possibilidade de a taxaço romana exigir a produção de mais excedente pelo setor rural, forçando o campesinato (e os escravos) a uma intensificação do trabalho, desembocando tal processo no incremento de uma população urbana dedicada, em parte, à produção artesanal ou manufatureira, bem como ao comércio. O número de barcos naufragados descobertos, considerado no tempo, indica de fato (indiretamente) uma intensificação do comércio nos dois últimos séculos antes de Cristo, mas não nos dois séculos seguintes, durante o auge do Alto Império: ao que parece, afinal de contas, a economia romana não conseguiu manter um crescimento sustentado, o que fica patente bem antes da derrocada iniciada no século III d.C., a partir da assim chamada “anarquia militar” (235-283 a.D.).

(2) Os economistas costumam atribuir também o crescimento econômico à intensificação do investimento de capital. A economia do Império Romano era predominantemente agrícola –talvez, na proporção de 75 a 80%. Em certas regiões, houve investimento agrícola, no sentido de uma extensão dos cultivos, incluindo espécies cultivadas especialmente para o mercado. Tais fatores aumentariam a produção agregada e, em menor medida, a produção *per capita*. Entretanto, à falta de inovações tecnológicas, o limite desses processos em ação logo seriam atingidos. O desejo dos donos de terras romanos de investir mais intensivamente era severamente limitado. A estratégia preferida consistia em buscar ganhos seguros com investimentos mínimos na terra. As tentativas de obter um aumento na produtividade mediante pressões sobre a mão de obra escrava ou sobre os camponeses dependentes levariam, provavelmente, a consequências drás-



ticas – por exemplo, privar os camponeses de seus animais de tiro; ou, até mesmo, da capacidade de criarem filhos. Seja como for, não se avançou muito longe na busca de aumentos na produtividade, mesmo havendo exceções isoladas.

(3) O crescimento sustentado *per capita* depende, ainda, de outro fator a ser considerado: um crescimento tecnológico sustentado. Os romanos, como já foi visto, provocaram um aumento do nível tecnológico no território sob seu controle político mediante a generalização de sistemas técnicos antes enclavados, regionalmente delimitados. Existiram, também, umas quantas inovações significativas (como, por exemplo, os moinhos movidos por tração animal ou hidráulica, cuja difusão foi, no entanto, lentíssima). Entretanto, não houve um crescimento técnico sustentado, nem uma suficiente generalização das inovações a unidades de produção muito numerosas. No setor urbano, as inovações foram maiores em setores como a construção de prédios ou aquedutos, por exemplo, não tanto nos setores propriamente produtivos. Além disso, sendo a população urbana muito minoritária (não mais de 20% segundo os cálculos mais otimistas), mesmo que, no auge da economia romana, a produtividade e o nível de vida da população que vivia nas cidades tivessem aumentado em 50% (o que é improvável), isso significaria só 10% para o conjunto do Império e, no tempo, não mais de 0,1% anualmente, entre 100 a.C. e 200 d.C. Outrossim, demograficamente, tanto no campo como nas cidades, a taxa de mortalidade permanecia catastroficamente alta, e a esperança de vida continuava muito baixa. Não houve, adicionalmente, investimento sensível no capital humano, na forma de educação e treinamento fora das unidades domésticas, a não ser para uma elite ínfima (que, além do mais, tinha acesso a uma educação retórica e literária, sem repercussões na produtividade).

(4) Por fim, temos a questão do quadro institucional como um dos fatores de possível influência no crescimento econômico. À primeira vista, pareceria que tal quadro devesse favorecer o crescimento: criação de um mercado potencial pela destruição de muitas fronteiras, longos períodos de paz, impostos em média não muito altos durante longo tempo e um sistema legal que protegia os direitos de propriedade. No entanto, não houve, apesar desses fatores, um crescimento sustentado, nem mesmo onde a sua incidência fosse mais evidente, como era o caso, sobretudo, da Itália, coração do Alto Império (por séculos, isenta de quaisquer imposições diretas) (SALLER, 2002, p.260-7; também SCHIAVONE, 2005, capítulo 11).

Independentemente do que haja de certo ou errado no detalhe dessas considerações a respeito do Império Romano, parece-me evidente que uma comparação honesta, isenta da predisposição a falsear o uso dos dados, mesmo sendo Richard Saller basicamente um formalista, levou, afinal de contas e como me parece lógico, a estabelecer um forte contraste entre a realidade pré-capitalista examinada – a do mundo romano – e a realidade do capitalismo contemporâneo. A constatação quantitativa da ausência de um crescimento sustentado a longo prazo desemboca, no final das contas, na constatação de uma diferença qualitativa. Por tal razão, é mais produtivo metodologicamente, segundo creio, abordar as economias das sociedades pré-modernas mediante a construção de modelos específicos de análise do que as considerando como casos extremamente subdesenvolvidos de capitalismo, ou mesmo, de economia pré-capitalista de mercado.

Minha posição teórica – que é, decididamente, oposta à dos formalistas – depende da convicção de que nunca se vai muito longe, com conhecimento aprofundado das fontes, na modernização das economias antigas sem entrar em choque com certas constatações. As diferenças entre as economias antigas e as modernas não eram de grau, mas, sim, de natureza. Mesmo na Grécia clássica e helenística, ou no mundo romano –casos, no entanto, em que as estruturas mercantis e monetárias, bem como a amplitude das transações em geral, haviam avançado muito além de tudo o que conhecera a respeito o antigo Oriente Próximo –, é preciso ver como um abuso de linguagem, por exemplo, uma tradução de Aristóteles que empregue o termo *business* como se fosse correspondente ao termo usado pelos gregos, *crematística*, quando conviria a tradução *busca da riqueza*. Havia, em todas as economias antigas, limites extremamente apertados do que poderia ser uma reprodução ampliada do capital. Existiam razões estruturais, ligadas a como estavam constituídas e operavam aquelas sociedades, para que não pudessem surgir – a não ser muito limitadamente – verdadeiros mercados de bens e de força de trabalho. Ainda mais porque, no contexto das forças produtivas vigentes, só minorias ínfimas podiam viver muito acima do nível de subsistência, mesmo em regiões comparativamente ricas.

\* \* \*

Ao se falar em economia romana no singular, há, mesmo se for implicitamente, uma série de supostos necessários. A expressão é um modo cômodo de aludir a realidades e processos que foram os que mais afetaram, de algum modo (mesmo se em graus extremamente variáveis) – do ponto de vista das atividades de produção e troca, da taxação, do acesso a produtos e técnicas, da liberdade pessoal ou de sua perda, etc.–, as populações variadas englobadas no vasto Império Romano, ou mesmo, eventualmente, fora dele.<sup>4</sup> Trata-se, então, de uma opção, neste nível, de falar no que era mais geral ou generalizável. Ao fazê-lo, certas coisas a serem consideradas são: (1) antes do capitalismo desenvolvido, todas as organizações políticas, ou todas as formações econômico-sociais (incluindo as mais vastas, como o Império Romano), eram desenvolvimentos locais, universos enclavados, garantindo um mundo cheio de contrastes (CHAUNU, 1974, p.185-219); (2) em todas as economias anteriores às modernas, a reprodução do sistema dependia de diversos mecanismos que, hoje em dia, seriam considerados extraeconômicos – sobretudo, porque a Economia, desde o final do século XIX, restringiu muito o seu repertório de objetos a estudar: muito do que a Economia Política englobava sem dificuldade em suas análises, tornou-se, depois, extraeconômico para os economistas (DOBB, s.d., p.72-87); (3) nas condições da Antiguidade clássica, as condições vigentes levavam à impossibilidade do surgimento, a não ser muito limitadamente, de verdadeiros mercados de bens e de força de trabalho (o que é diferente de mercados onde trabalhadores – os escravos – pudessem ser comprados).

Será útil, sendo assim as coisas, falar de economia romana? Em minha opinião, sim, com as limitações indicadas. Em alguma ocasião, Witold Kula afirmou que o gosto do pudim só se conhece ao comê-lo. Mas, é claro, os gostos variam... O inaceitável é pretender que *o que eu acho é a verdade e quem não estiver comigo está errado*. Isso, sob o signo que for, não passa de arrogância. E, se vier de um pós-moderno, de que modo um cético radical poderia, sem cair em contradição, excetuar como verdadeiras as coisas (incluindo teorias, metodologias e modelos explicativos) em que prefere acreditar? Os que afirmam que a verdade não existe, que não há História, mas, sim, histórias, supõem em seu raciocínio, contraditoriamente, uma versão do que seria a verdadeira verdade, valha a redundância – uma modalidade de verdade acabada, total e definitiva –, exatamente para afirmar que não existe (ver BOUVERESSE, 1983, p.110-4). Trata-se, obviamente, de uma concepção da verdade que é anacrônica, arcaica e estranha à prática

científica há muito tempo. A época do marquês de Laplace já passou - e passou para todos nós.

### DID A 'ROMAN ECONOMY' EVER EXIST?

**Abstract:** *The way to understand or define our subject depends, above all, on some basic, diverging stances towards the question of what history is about. Some opinions may even lead to deny that 'Roman economy' could be a valid subject for research, for instance when one invokes an irreducible diversity of reality that such a label would tend to hide and, therefore, one argues, for instance, in favour of the existence of several economies instead of one in what pertains to the ancient Roman empire. The article focus on the debate about such issues, especially on its new aspects since 1970. The author thinks it useful to maintain 'Roman economy' as a subject for research.*

**Keywords:** *Economic history; Roman Empire; formalism; substantivism; postmodernism.*

### Referências bibliográficas

- AUSTIN, M.; VIDAL-NAQUET, P. **Économies et sociétés en Grèce ancienne**. Paris: Armand Colin, 1972.
- BENTLEY, M. **Modern historiography; an introduction**. London; New York: Routledge, 1999.
- BLEIBERG, E. **The official gift in ancient Egypt**. Norman; London: The University of Oklahoma Press, 1996.
- BOUVERESSE, J. **La philosophie chez les autophages**. Paris: Éditions de Minuit, 1983.
- CABRERA, M. Á. **Historia, lenguaje y teoría de la sociedad**, Madrid: Cátedra, 2001.
- CARDOSO, C. F. Economias e sociedades antigas. Conceitos e debates. **Clássica**. São Paulo, v.1, p.5-20, 1988.
- \_\_\_\_\_. Combatiendo la arrogancia epistemológica. Algunos caminos que se podrían recorrer, **Edad Media; Revista de Historia**. Valladolid, v.9, p.105-28, 2008.
- CHAUNU, P. **Histoire science sociale; La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne**. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1974.
- DOBB, M. **Introdução à economia**. Lisboa: Editorial Inquérito, s.d.

- FINLEY, M. I. **A economia antiga**. Porto: Afrontamento, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Ancient history; Evidence and models**. London: Chatto & Windus, 1985.
- FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Economia romana no início do Principado. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. (Org.) **Repensando o Império Romano; perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad X; Vitória: Edufes, 2006, p.53-63.
- GILLE, B. **Histoire des techniques**. Paris: Gallimard, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Les mécaniciens grecs; La naissance de la technologie**. Paris: Seuil, 1980.
- GREENE, K. **The archaeology of the Roman economy**. London: Batsford, 1986.
- KARDULIAS, P. N. (Org.) **World-systems theory in practice; Leadership, production, and exchange**. Lanham; Boulder: Rowman & Littlefield, 1999.
- McCLOSKEY, D. Bourgeois virtue. **The American Scholar**. v.63, p.177-91, 1994.
- MUMFORD, L. **Technique et civilization**. Paris: Seuil, 1950.
- POLANYI, K. *et alii*. **Comercio y mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Labor, 1976 [1957].
- ROWLANDS, M.; LARSEN, M.; KRISTIANSEN, K. (Org.) **Centre and periphery in the ancient world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SALLER, R. Framing the debate over growth in the ancient economy. In: SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. (Org.) **The ancient economy**. New York: Routledge, 2002.
- SILVER, M. **Prophets and markets**. New York: Barnes & Noble, 1983.
- SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. (Org.) **The ancient economy**. New York: Routledge, 2002.
- SCHIAVONE, A. **Uma História rompida; Roma antiga e Ocidente moderno**. São Paulo: Edusp, 2005 [1996].
- VEGETTI, M. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Marxismo e società antica**. Milano: Feltrinelli, 1977, pp. 9-65.
- WARBURTON, D. A. Economic thinking in egyptology. **Studien zur altägyptische Kultur**. Hamburg, v.26, p.143-70, 1998.
- WEBER, M. **The agrarian sociology of ancient civilizations**. London; New York: Verso, 1998 [1909].
- WHITE, K. D. **Greek and Roman technology**. London: Thames and Hudson, 1984.

YOFFEE, N.; COWGILL, G. L. (Org.) **The collapse of ancient states and civilizations**. Tucson: The University of Arizona Press, 1988.

## Notas

---

<sup>1</sup> Ver, para uma refutação com exemplos dessa afirmação: CARDOSO, 2008, p. 111-115. O artigo aqui citado faz parte de um dossiê sobre “Crise da História? Problemas e alternativas”.

<sup>2</sup> Numa coletânea que serviu como uma espécie de plataforma de lançamento para o uso dos modelos baseados na distinção de centros/semiperiferias/periferias nos estudos da Antiguidade, há dois artigos, a meu ver, muito úteis para a explicação da lógica da expansão romana, de autoria de Daphne Nash e Colin Haselgrove (cf. ROWLANDS; LARSEN; KRISTIANSEN, 1987, respectivamente p.87-103 e 104-24).

<sup>3</sup> Quanto ao marxismo, abundam afirmações mal-informadas, mas arrogantes. Edward Bleiberg, um egiptólogo substantivista, baseando-se em frase igualmente equivocada no mesmo sentido, de Nicholas Georgescu-Roegen, escreveu que *nem a teoria clássica capitalista nem a marxista se aplicam quando as instituições básicas de uma economia ocidental de mercado não estiverem presentes* (BLEIBERG, 1996, p. 5). Uma coisa é dizer, por exemplo, que a análise da economia capitalista feita por Karl Marx em *O Capital* seja inaplicável a uma economia não capitalista, o que é verdade, mas é também tautológico. Outra coisa é pretender que todas as tentativas de numerosos autores marxistas, a começar por Marx e Engels, no sentido de teorizar a respeito das economias não capitalistas sejam, por definição, descartáveis, sobretudo a afirmá-lo, temerariamente, sem prévia refutação; pois os marxistas, exatamente como os substantivistas, acham serem necessárias teorias específicas para as sociedades pré-capitalistas e tentam muito frequentemente construí-las, com êxito variável, sem as derivarem, por exemplo, de noções como a de recursos escassos tomadas como postulados de base. Parece-me extremamente arrogante (ou fruto de pura ignorância, o que também acontece muitas vezes) descartar liminarmente, sem exame nem refutação, os esforços de autores do calibre de Witold Kula, Maurice Godelier, Claude Meillassoux, Catherine Coquery-Vidrovitch, Joel Kahn e tantos outros.

<sup>4</sup> Arqueólogos poloneses comprovaram, escavando na região de Kielce, uma intensificação das atividades de mineração em território hoje polonês, do primeiro ao quarto séculos depois de Cristo, acompanhada de um aperfeiçoamento dos fornos para redução dos minérios, dados inexplicáveis, em sua opinião, pela demanda interna. Chegaram à conclusão de que o único plausível seria supor exportações muito consideráveis para o Império Romano (GILLE, 1978, p.384).